

AÇÃO INSTITUCIONAL

DIA DA ADVOCACIA PÚBLICA

Hora de homenagear os procuradores do Estado de Minas Gerais

Desde maio de 2012, quando foi sancionada a Lei nº 12.636, ficou instituído o Dia Nacional da Advocacia Pública, função essencial à justiça, a ser comemorado, anualmente, no dia 7 de março, em todo o território nacional.

Fazendo jus a essa homenagem, a Apeminas produziu um pequeno agrado aos seus associados, em agradecimento ao empenho constante na defesa do interesse público e do bem comum. O trabalho de um procurador do Estado é muitas vezes árduo e complexo, exigindo, nesses tempos de distanciamento social, ainda mais resiliência e dedicação.

Por isso mesmo, nada como um bom queijo artesanal, tão típico de Minas Gerais, para nos dar aquela força, além de uma geleia especial para adoçar o momento de degustação e prazer. As iguarias foram encaminhadas aos associados, via Correios, no dia 25 de fevereiro, com previsão de chegada até a próxima segunda-feira, 7 de março.



Como bem expressou a Diretoria, no cartão que está sendo distribuído junto com o presente, "alguns podem achar que o símbolo da Apeminas é apenas um triângulo estilizado, mas nós sabemos que, na verdade, ele representa um 'pedacin' de queijo". Aproveitem!



O queijo GOA, que compõe o presente do Dia da Advocacia Pública, é elaborado na Fazenda da Lage, município de Aiuruoca, no Sul de Minas Gerais, na Serra da Mantiqueira



SISTEMA PJe É TEMA DE REUNIÃO NA AGE

O advogado-geral do Estado, Sérgio Pessoa, recebeu, no último dia 22 de fevereiro, a visita do presidente da OAB/MG, Sérgio Rodrigues Leonardo. A presidente da Apeminas, Célia Cunha Mello, também participou da reunião, que tratou, entre outros assuntos, da morosidade e da instabilidade do sistema PJe, do TJMG, pois os procuradores do Estado continuam com dificuldade em acessá-lo.

Também participaram da reunião as advogadas-gerais adjuntas, Ana Paula Muggler Rodarte (consultivo) e Margarida Maria Pedersoli (contencioso); o procurador-chefe da Procuradoria do Tesouro, Precatórios e Trabalho, Fábio Murilo Nazar; a procuradora do Estado e conselheira da OAB, Daniela Victor, além do secretário-geral da OAB/MG, Sanders Alves.

De acordo com Célia, a OAB informou que está disponibilizando um serviço de atendimento para apoio aos usuários do sistema, que funcionará das 9h às 21h, com previsão, inclusive, de um técnico da OAB entrar remotamente no computador do consulente para auxiliá-lo em alguma dificuldade. Além desse atendimento, a OAB também pretende criar um núcleo para identificação de problemas genéricos, como, por exemplo, a lentidão do sistema.

Apreensão – Segundo informações disponíveis no site da seccional, a Nova Central de Apoio ao PJe da OAB/MG visa a auxiliar e prestar todo suporte à Advocacia mineira em relação ao sistema eletrônico.



Foto: Willian Ferraz/OAB-MG

Entre as principais funções do serviço, destacam-se: Instruções para o uso do PJe; Instalação dos programas necessários para o sistema eletrônico; Configuração dos certificados digitais para acesso ao PJe; Orientações para a abertura de chamado junto aos tribunais e acompanhamento das demandas; Interlocução com os tribunais, por meio do Comitê Gestor para o PJe, visando a melhorias no sistema.

Por meio deste [link](#), é possível acessar os diversos meios de atendimento: telefone, WhatsApp, e-mail e agendamento para esclarecimentos de modo presencial.

■ ELEIÇÕES

AGE tem novo Conselho Superior

No dia 24 de fevereiro, em eleição virtual, os procuradores do Estado escolheram os novos membros do Conselho Superior da AGE-MG, que cumprirão mandato até 28 de fevereiro de 2023. O colegiado é responsável por se manifestar sobre matérias e pautas encaminhadas pelo seu presidente, o advogado-geral do Estado, Sérgio Pessoa. As vice-presidentes são as advogadas-gerais adjuntas, Ana Paula Muggler Rodarte e Margarida Maria Pedersoli.

Na categoria dos Procuradores Chefes, foi eleita Maria Clara Teles Terzis Castro, tendo como suplente Paulo Fernando Cardoso Dias. Representando os Advogados Regionais, foram eleitos Soraia Brito de Queiros (titular) e Armando Sérgio Peres Mercadante (suplente); enquanto José Franklin Toledo de Lima Filho e Gustavo de Queiroz Guimarães foram eleitos, respectivamente, titular e suplente, na representação dos Procuradores Lotados no Interior.

Outros cinco representantes foram escolhidos entre os procuradores do Estado: Cléber Reis Grego (titular) e Robson Lucas Silva (suplente), do nível IV; Max Galdino Pawlowski (titular) e Vinícius Rodrigues Pimenta (suplente), do nível III; Daniel Santos Costa (titular) e Cláudio Roberto Ribeiro (suplente), do nível II; além de Larissa Rodrigues Ribeiro (titular) e Paloma Inaya Nicoleti da Silva (suplente); e Carlos Torres Murta (titular) e Rômulo Geraldo Pereira (suplente), do nível I.

A presidente da Apeminas, Célia Cunha Mello, que tem direito a voz no colegiado, deseja a todos sucesso em seus trabalhos.

■ MESTRADO

Parceria com Apeminas garante bolsa de 10% na Milton Campos

A Apeminas e a Faculdade Milton Campos firmaram parceria para bolsa de 10% para o Mestrado em Direito nas Relações Econômicas e Sociais, para todos os associados e dependentes (1º grau). Trata-se de uma grande oportunidade para quem pretende realizar o mestrado em 2022, pois será realizado na modalidade remota, de forma síncrona. O início das aulas será em 14 de março.



O mestrado da Milton Campos possui corpo docente renomado, dentre eles quatro procuradores do Estado de Minas Gerais: Carlos Alberto Rohrmann; Jason Soares de Albergaria Neto; Ricardo Adriano Massara Brasileiro e Rodolpho Barreto Sampaio Junior.

Informações adicionais estão disponíveis no site da Milton Campos mestrado.mcampos.br ou nos canais de atendimento: Tel.: (31) 3289-1913 ou 3289-1917 ou E-mail: cassia.marcques@animaeducacao.com.br

■ CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Proteção de dados é direito fundamental

O Congresso promulgou, no dia 10 de fevereiro, a PEC que inclui a proteção de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, como um direito fundamental. A proposta altera o artigo 5º da Constituição, que trata do direito aos sigilos pessoais, como o de correspondência e comunicações telegráficas. O STF já havia reconhecido a proteção de dados como direito fundamental. A Lei Geral de Proteção de Dados (nº 13.709) foi o tema central da edição 32 do Res Publica (Outubro/Novembro/Dezembro de 2021), disponível no site da Apeminas. Para ver de novo, siga este [link](#).

Newsletter

APE NEWS

Facebook > facebook.com/apeminas

Twitter > twitter.com/apeminas

Instagram > instagram.com/apeminas

LinkedIn > linkedin.com/company/apeminas

Rua Espírito Santo, 466/sala 1506 – Centro – CEP: 30160-916 – BH / MG
Tel: (31) 3261-3532 - acs.apeminas@gmail.com – www.apeminas.org.br

> Produção Editorial: Mombak Comunicação Estratégica

> Jornalista responsável: Marli Assis – MTB 5.571-JP

> Redação: Andrea Rocha

> Projeto Gráfico: Alice Crepaldi